



ISSN 2359-5051

# Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar  
de Professores

---

## LUDICIDADE: UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Aline Werça da Rocha  
Universidade Federal de MS – Campus de Aquidauana  
Franchys Marizethe Nascimento Santana Ferreira  
Universidade Federal de MS – Campus de Aquidauana

### RESUMO

Este estudo apresenta informações a respeito da medida protetiva reconhecida como "Acolhimento", que deve ocorrer dentro de uma Unidade Institucional de Acolhimento para crianças e adolescentes. O projeto desenvolvido na unidade de acolhimento com crianças e adolescentes de diferentes realidades e contextos sociais, tem por objetivo oferecer aos acolhidos por meio da ludicidade, do brincar, das cantigas, jogos educativos, contação de histórias reforço escolar que facilitem o processo ensinar-aprender e a auto estima elevada. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica com autores: Elage (2012); Brougère (2004) e Werlang (2002) Ariés (2011). Conclui-se que o (a) acadêmico (a) tem no projeto uma via de interação diretamente com a sociedade, onde vivência o cotidiano das pessoas e tem participação ativa contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade, com o propósito de aplicar o que aprende e produz na universidade possibilitando aos envolvidos compartilhar saberes e conhecimento interligando as atividades de ensino e pesquisa com as demandas sociais priorizando a educação e o bem estar social.

**Palavras-chave:** Ludicidade. Unidade de Acolhimento. Crianças e Adolescentes.

### ABSTRACT

This study presents information about the protective measure known as "Reception", which should occur inside a Reception Institutional Unity for children and adolescents. The project, developed in that foster unity with children and adolescents of several social realities and contexts, aims at offering to the hosted children playfulness, plays, songs, educational games, storytelling, and school tutoring that facilitate the teaching-learning process and raise the self-esteem. It was adopted the qualitative approach methodology through a document research and a bibliographic review of the following authors: Elage (2012); Brougère (2004); Werlang(2002); and Ariés (2011). It is concluded that the scholar has in the project a way of



directly interact with society, where she experiences people's daily lives, and has an active participation, contributing for the development of a community, with the purpose of applying what she learns and produces at the university. This allows those involved to share knowledge, interconnecting teaching activities and research to social demands, and prioritizing education and social welfare.

**Keywords:** Playfulness. Reception Unity. Children and Adolescents.

## 1 INTRODUÇÃO

O acolhimento é uma Medida Protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para casos de violação ou ameaça dos direitos das crianças e dos adolescentes de acordo com os artigos 90, 92, 93, 94 e 101 e alterações feitas pela Lei 12.010/2009. Podendo ser oferecido em diferentes modalidades como por exemplo, em Abrigos Institucionais casas lares ou famílias acolhedoras. O lugar de acolhimento deve favorecer o desenvolvimento, a autonomia, sempre respeitando sua individualidade e a criatividade da criança e do adolescente.

Ressalta-se quais são as ações inerentes ao serviço de acolhimento, dentro da instituição denominada Casa de Abrigo, criada em Janeiro de 1991 para crianças e adolescentes. Apoiase na relevância dos valores alicerçados no amor, respeito, dignidade, ética, fé, esperança e responsabilidade social, como alternativa para amenizar o sofrimento e possíveis traumas de crianças e adolescentes vítimas de negligência, abandono, maus tratos e violência doméstica, com esperança em um mundo melhor, enquanto sujeitos de direitos e em pleno desenvolvimento.

Ao analisar as fontes, as informações foram descritas sem perder de vista preocupação de descrever exatamente do que se trata a medida “acolhimento” dentro de uma instituição destinada para esse fim, elencando qual o dever desta instituição para com os acolhidos

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para falar da historicidade familiar recorremos ao considerado precursor da história da infância e família Ariés (2011), que afirma que o mundo medieval ignorava a infância. Segundo ele, nem mesmo esse termo “infância” possuía a significação atual de afeto, e não era compreendido o período transitório entre infância e idade adulta. O conceito de infância foi sendo historicamente construído, uma vez que

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia. [...] . O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças:



corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ARIÉS, 2011, p.99).

O sentimento em relação à infância teria surgido na Modernidade, falava-se, de uma nova forma, em pequenas almas, em pequenos anjos, fazendo alusão a crianças como um ser pequeno e frágil e angelical. Essas expressões anunciavam o sentimento do século XVIII e do romantismo. “A descoberta da infância começou sem dúvida no século XVIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI”. (ARIÉS, 2011, p. 28).

Para o autor, a consciência social da existência da infância começou a emergir com o renascimento, séculos das luzes, dando início a preocupação com a educação moral, pedagógica e como são vistas e tratadas no meio social.

As crianças eram cuidadas pelos adultos desde o nascimento até por volta dos sete anos de idade, depois disso passavam a ajudar no trabalho doméstico junto dos adultos, atividade que era considerada como aprendizagem, por meio da qual se constituía a educação, também atuava na transmissão dos conhecimentos e valores sociais.

A criança por muito tempo não foi respeitada e vista como um ser em pleno desenvolvimento com suas especificidades, mas sim como adultos em miniaturas, há uma necessidade de estudos sobre a história da criança e a forma que evoluiu para podermos compreender e nos relacionar com ela.

A construção histórica da infância foi o resultado de um processo complexo de produção de representações sobre as crianças, fruto de um longo histórico de evolução de entendimento do que é a infância, até chegar de fato à valorização desta fase da vida humana.

O sentimento sobre a infância se dá inicialmente nas camadas mais nobres da sociedade. No entanto, a criança menos abastada continuou a mercê da própria sorte, ou seja, a particularidade da infância não era reconhecida e muito menos praticada para todas as crianças pois nem todos vivenciaram a infância devido as condições econômicas, sociais e culturais, sendo considerada até então “adultos em miniatura”.

Famílias compostas por pais, mães, filhos, avós, primos e outros sempre existiu, mas ao longo da história ela passa por diversas transformações e nos últimos séculos essas mudanças foram mais rápidas e marcantes. No período pré-moderno XVI, as famílias extensas coabitavam no mesmo espaço. Várias gerações de pais, mães, filhos e avós, reinava no patriarcado onde o homem detém o poder absoluto e a mulher meramente uma figura reprodutora que do ponto de vista das relações de gênero ocupa um lugar totalmente desprivilegiado, desqualificado completamente submissa ao poder masculino.



A ideia essencial dos historiadores do direito e da sociedade é que os laços de sangue não constituem um único grupo, e sim dois, distintos embora concêntricos: a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna, e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral. (...) A família ou *mesnie*, embora não se estendesse a toda linhagem, compreendia, entre os membros que residiam juntos, vários elementos, e, às vezes, vários casais, que viviam numa propriedade que eles se haviam recusado a dividir, segundo um tipo de posse chamado *frereche* ou *fraternitas*. A *frereche* agrupava em torno dos pais os filhos que não tinham bens próprios, os sobrinhos ou primos solteiros. Essa tendência à divisão da família, que aliás, não durava além de duas gerações, deu origem às teorias tradicionalistas do século XIX sobre a grande família patriarcal. (ARIÉS, 2011, p. 143).

Na família moderna a figura do marido dá espaço ao de pai e da mulher dá espaço ao de mãe. Embora a mulher continuasse submissa, a mesma passa a ter o poder de gerir o espaço doméstico que antes não o tinha. Neste contexto, o papel da criança nas relações familiares também sofreu mudanças significativas pois agora a criança passa a ocupar um lugar majestoso com cuidados e afetos da figura materna que vai se encarregar da educação e saúde dos seus filhos.

Atualmente, a família é composta por membros que desenvolvem não apenas relações consanguíneas, mas também afinidade, que convivem ou não sob o mesmo teto, formando um grupo de indivíduos ligados por sua ancestralidade ou laços afetivos, constituindo uma das instituições básicas da nossa sociedade. Assim, a família passa a ser

composta por uma complexa e dinâmica rede de interações que envolve aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais, a família não pode ser definida apenas pelos laços de consangüinidade, mas sim por um conjunto de variáveis incluindo o significado das interações e relações entre as pessoas (...) Os laços de consangüinidade, as formas legais de união, o grau de intimidade nas relações, as formas de moradia, o compartilhamento de renda são algumas dessas variáveis que, combinadas, permitem a identificação de 196 tipos de famílias, produto de cinco subsistemas resultantes da concepção ecológica de micro, meso, exo, macro e cronossistema. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 23).

A Constituição Federal de 1988, também trouxe inovação na forma de se compreender uma constituição familiar, não sendo mais necessariamente ser proveniente de um casamento formal, mas fruto de uma união estável, entre um homem e uma mulher, devendo a lei reconhecer e facilitar sua conversão em casamento:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (EC Nº 66/2010)  
§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (BRASIL, 2015, p. 131,132.).

A união legalizada ou não, entre um homem e uma mulher, com uma certa duração adéqua-se nos moldes de núcleo familiar, ou seja, um grupo de pessoas unidas pelos laços de sangue, laços afetivos e compatibilidade de interesse.

Independente do modelo de família o que é relevante é a maneira como se constrói os laços afetivos. Tornando essa unidade dinâmica, são esses aspectos que vão gerir o futuro desta



família e principalmente como conduzirão o tratamento entre si, colaborando com desenvolvimento individual e coletivo, em especial como essa família coordenará e assumirá a responsabilidade de cuidar e educar a criança, garantindo a vivência de sua infância.

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família). Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22).

A família deve ser entendida como o núcleo no qual os seres humanos são capazes de desenvolver todas as suas potencialidades, tanto social quando cognitiva podendo vivenciar e experimentar de forma coletiva e dinâmica a interação social. A família deixou de ser aquela constituída unicamente através do casamento formal, composta somente por marido, mulher e filhos. A justiça brasileira reconhece que a família abrange as unidades familiares formada pelo casamento civil ou religioso, união estável ou comunidade formada por qualquer um dos pais formando famílias monoparentais que ocorre quando apenas um dos pais arca com a responsabilidade de criar e cuidar do filho (os), e famílias homoafetivas constituídas por casais homoafetivos. A família homoafetiva tem seus direitos assegurados desde 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou que esse casamento passa a ser feito de uso de união estável de natureza igual ao do casamento heterossexual, desta forma os casais homossexuais têm direitos assegurados como a do casamento heterossexual.

Tendo sido ampliado o conceito de família, que agora tem por base laços afetivos e não exclusivamente relações consanguíneas, parentesco ou o casamento, existe a necessidade de uma conscientização por meio das diferentes instituições sociais, que se relacionam diretamente com os membros familiares, como por exemplo a escola.

E é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa.) (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22).

São nesses ambientes institucionais que oferecer diferentes formas de se relacionar em sociedade que os indivíduos vivenciam uma interação social colaborando com o desenvolvimento pessoal e social.



### 3. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL: MARCO LEGAL E DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A criança necessita de proteção especial quando pequena e precisa ser respeitada nesta fase do desenvolvimento em que é mais vulnerável. A família assume um papel importante em zelar e cuidar dessa criança e adolescente, que se encontra em pleno desenvolvimento físico e psicológico para se tornar um adulto feliz.

Para uma melhor compreensão do que vem a ser a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, Veronese (1998, p.97) afirma o papel importante que a família exerce nos cuidados para o desenvolvimento da criança “tendo em vista a sua vulnerabilidade, pois necessitam de cuidados e proteção especiais; e enfatiza a importância da família, para que a criança desenvolva sua personalidade, num ambiente de felicidade, amor e compreensão”.

A criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, onde ela não consegue discernir o que é melhor para ela por falta de sensatez comum da idade, necessita de proteção e cuidados especiais, até mesmo a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento.

Considerando a vulnerabilidade física, psicológica e mental da criança e do adolescente a Constituição Federal através da Lei 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê o acolhimento de crianças e adolescentes a ser realizado por orfanatos, educandários ou colégios internos. Os principais motivos de acolhimento de crianças e adolescentes segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) são: negligência na família; pais ou responsáveis dependentes químicos; abandono e violência doméstica. (IFHG,2017).

A partir do ECA, instituições que adotam serviços de acolhimento, devem seguir princípios da Lei 12.010/2009 (Lei da adoção), que prevê preservação dos vínculos familiares; integração sem-família substituta quando for impossível manter na família natural, desde que não haja desmembramento de grupo de irmãos; participação da comunidade no processo educativo de crianças e adolescentes, entre outros. (BRASIL, 2009).

Antes da Constituição Federal de 1988, o termo utilizado para se referir à criança em situação de pobreza e abandono, inclusive em conduta antissocial, era “menor”. O antigo Código de Menores, lei de 1979, funcionava como um instrumento para corrigir comportamentos antissociais, desviantes, “delinqüenciais” e proteger a sociedade do convívio com crianças e adolescentes pobres, isolando-os do convívio social., com a finalidade de reeducá-los. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o conceito de família foi ampliado e as crianças passaram a serem vistas como sujeito de direito pelo poder público. (ELAGE et al., 2012).



De acordo com o ECA, o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes deve ser prestado somente depois de esgotadas todos os recursos de manutenção família. Lembrando que, de acordo com o artigo 23 desse Estatuto, a situação de pobreza, ou falta de recursos, por si só não justifica afastamento do convívio familiar. No inciso 90, o ECA prevê ações de controle social e fiscalização de instituições que ofertam "Programas de Abrigo" através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Compreende-se que todos os esforços são para manter a criança e o adolescente no convívio com a família, evitando ao máximo o afastamento. Somente em casos extremos a medida de acolhimento é indicada, sendo necessário assegurar à família o acesso a rede de serviços públicos que possam oferecer à criança ou ao adolescente ambiente de convivência familiar seguro.

Dentre as exigências necessárias para os serviços de acolhimento, destaca-se a formação dos profissionais que atuam em diferentes programas e serviços na que compõe o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), para orientar as práticas das instituições destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes. Após o ECA, "atendentes" e "cuidadores" passaram a representar as funções dos trabalhadores da área de acolhimento. A partir de 2009, com a elaboração e divulgação das "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes", o termo "educador" tornou-se a expressão utilizada para referir-se a esse trabalhador por se tratar de uma função que exige um "educador/cuidador", capaz de promover ações, projetos e acompanhamento dos serviços de saúde, educação e outros. Sendo importante também que o educador seja capacitado para promover fortalecimento da autoestima das crianças e adolescentes. (ELAGE et al., 2012).

A equipe de profissionais que atendem é multidisciplinar, tendo necessariamente um Assistente Social, um Psicopedagogo, um Terapeuta Ocupacional, entre outros que possam se dedicar aos trabalhos de acolhimento. Convém ressaltar, que, entre tantos outros aspectos, os profissionais envolvidos devem concretizar na prática tudo que está preconizado na lei para assegurar a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes. Assegurar a qualidade de vida de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, no cotidiano dos serviços atendimento com a higiene, a alimentação, e lidar principalmente com comportamentos difíceis e o sofrimento que crianças e adolescentes carregam.

Trata-se de compreender qual é o significado da situação vivida pela criança e pelo adolescente para poder de fato contribuir para o fortalecimento da autoestima e a construção da identidade. Apoiá-los também no processo de desligamento do abrigo que pode ser indicado a qualquer momento. Isso constitui um grande desafio na tarefa do educador durante



o processo de acolhimento.

### **3 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO**

A violência doméstica é consequência de inúmeros fatores, dentre eles a falta de estrutura familiar. A “desestruturação” muitas vezes é fruto dos problemas sociais. Sabemos que as principais vítimas da violência doméstica são crianças e adolescentes, e que isto deixou de ser um problema só familiar, passando a ser de responsabilidade pública. Como a criança tem na família o primeiro espaço de interação social, a violência ocorre dentro do âmbito familiar e torna vulnerável para outras relações sociais e compromete diretamente no desenvolvimento afetivo, cognitivo, psíquico uma vez que a família, “que deveria representar um local seguro para os seus membros, torna-se um espaço de insegurança, medo, desconfiança, conflitos e de incertezas entre o que é certo e errado”. (FLORETINO, 2015, p.05)

De acordo com o inciso, princípio 7º da Declaração dos Direitos da Criança que “A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito”.

O Projeto intitulado “LUDICIDADE: UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO”, desenvolvido na Unidade de Acolhimento do Município de Aquidauana, DESDE 2017, oportuniza aos acadêmicos do curso de Pedagogia Licenciatura Plena – UFMS/CPAQ, aplicar na prática seus conhecimentos teóricos relacionados a relevância da ludicidade nos processos de recuperação da autoestima de crianças e adolescentes que se encontram sob a guarda da ‘Unidade Provisória de Acolhimento’ de Aquidauana-MS. A referida instituição abriga crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, as atividades são desenvolvidas de segunda a sexta-feira contribuindo com suporte pedagógico as crianças, aos sábados os acadêmicos promovem atividades lúdicas como: jogos, brincadeiras, danças, música, pintura, teatro e outras, oferecendo sempre que possível, um lanche especial aos envolvidos.

O referido Projeto tem por objetivo atender, com reforço escolar e atividades lúdicas, as crianças e adolescentes, vítimas de violências domésticas, que encontram sob a guarda da 'Unidade Provisória de Acolhimento' de Aquidauana-MS. A referida instituição abriga crianças



e adolescentes em situação de risco pessoal ou social. Neste local, elas moram, provisoriamente, e são cuidadas por funcionários que exercem a função de monitores ou educadores, sendo responsáveis por suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e organização da rotina diária das crianças. Quanto ao espaço físico, é uma casa, alugada, que possui todos os cômodos de uma casa comum para ser o mais parecido possível com um lar. Quem mantém a referida instituição é a Prefeitura Municipal de Aquidauana, por meio da Gerência de Ação Social. Tendo consciência de nossa responsabilidade social, acreditamos que as atividades lúdicas ministradas pelos acadêmicos do curso de Pedagogia, poderão contribuir para melhorar a autoestima das crianças e adolescentes que se encontram nesta situação de risco. Sendo assim, estaremos contribuindo na formação integral do indivíduo e auxiliando por meio de suporte pedagógico da execução de atividades direcionadas pelas instituições de ensino onde as crianças e adolescentes, em situação de acolhimento, estão inseridas.

As crianças e adolescentes que se encontram na referida instituição citada no Projeto, são vítimas de abandono e violência, causadas, principalmente por integrantes da própria família, o que pode ocasionar diversos problemas relacionados a rejeição e consequências psicológicas que prejudicarão o futuro desses cidadãos. Por este motivo acreditamos na eficácia de nossas metodologias lúdicas para contribuir no desenvolvimento integral de cada criança e adolescente que estejam em situação de acolhimento.

O(a) acadêmico(a) encontra na execução do projeto uma via de interação diretamente com a sociedade, onde vivencia o cotidiano das pessoas e tem participação ativa contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade, com o propósito de aplicar o que aprende e produz na universidade possibilitando aos envolvidos compartilhar saberes e conhecimento interligando as atividades de ensino e pesquisa com as demandas sociais priorizando a educação e o bem estar social.

#### ATIVIDADES LÚDICAS REALIZADAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO



Fonte: Rocha, A. W. (2018).



A imagem de número um, foi feita uma oficina para confeccionar uma bola com materiais recicláveis como jornais e revistas, nesta oficina foi ensinado como construir uma bola, explorando linhas e formas na reutilização de materiais possibilitando exercícios de coordenação viso-motor, mostrando a relevância de se utilizar dos materiais simples para fazer um brinquedo como a bola. Na imagem de número dois, foi realizado uma oficina com pitura onde as crianças puderam expressar por meio do desenho e pintura com tinta guachê o que mais gostavam de fazer na casa onde vivem.

Tendo consciência de nossa responsabilidade social, acreditamos que as atividades lúdicas ministradas pelos acadêmicos do curso de Pedagogia contribuem para melhorar a autoestima das crianças e adolescentes que se encontra nesta situação de risco, contribuindo na formação integral do sujeito e auxiliando por meio de suporte pedagógico sempre tendo como base a ludicidade.

O projeto desenvolvido na unidade de acolhimento com crianças e adolescentes de diferentes realidades e contextos sociais, oferece aos acolhidos por meio da ludicidade: do brincar, das cantigas, jogos educativos, contação de histórias, que despertem a imaginação e a fantasia, oferecendo auxílio pedagógico, mas acima de tudo promove esperança, trata-se de compartilhar conhecimentos com os educandos, aprender a ensinar, aprender a aprender, aprender a ser professor, professor mediador, professor incentivador.

Segundo Santos (2001, p.14):

O lúdico é uma ciência nova que precisa ser estudada e vivenciada... Para sanar estas dificuldades, muitos educadores buscam na teorização o embasamento para o seu trabalho, outros partem diretamente para a prática. Teoria e prática são indissociáveis. O educador lúdico é o que realiza a ação lúdica, inter-relacionando teoria e prática.

Constatamos que as atividades lúdicas e educativas desenvolvidas estão sendo relevantes na formação integral das crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Estão sendo realizadas parcerias com entidades civís e governamentais ( Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Exército, academias e entidades religiosas, entre outras) que estão contribuindo de forma eficaz com o desenvolvimento do respectivo projeto.



## EQUIPE COM O COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS



Fonte: Rocha. A. W. (2018)

Semanalmente convidamos um entidade parceira para irem conversar e levar algo prático para mostrar as crianças e adolescentes, incentivando-os a terem uma perspectiva de profissão.

## EQUIPE DA POLÍCIA MILITAR DE AQUIDAUANA



Fonte: Rocha. A. W. (2018).

Acreditamos na relevância de uma práxis embasada na teoria, no conhecimento construído e posto em prática, tanto para formação profissional quanto humana, pode-se compreender o papel do professor na vida da criança enquanto formador de opinião,



valorizando a infância, a criança, e o adolescente por meio do brincar, do aprender brincando, jogando, se divertindo, despertando os sabores de uma aprendizagem significativa, contextualizada, relevante para formação integral do indivíduo enquanto sujeito histórico e social, hábil a explorar o mundo, bem como, função social em atribuir valores éticos e morais, trata-se de preparar o indivíduo para a vida em sociedade.

### PALESTRA COM UMA APÓSTOLA



Esse dia foi emocionante levamos uma pessoa religiosa para falar de sentimentos que guardamos no coração, não teve como segurar a emoção todos choramos, crianças, adolescentes, acadêmicos. Percebemos que o trabalho emocional também é relevante, pois elas guardam sentimentos de revoltas, tristezas, dores, raiva que precisam serem trabalhados,

Um trabalho com a família também é relevante, para poder receber de volta essas crianças e adolescentes e serem reinseridas em seus lares.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nestes dois anos de Projeto na referida instituição percebemos que as crianças e adolescentes esperam nossa presença ansiosamente, pois sempre há uma novidade, sempre há uma descoberta, sempre há algo para interagirem. Percebemos que a auto estima melhorou imensamente, conversando com alguns percebemos que possuem perspectivas de um futuro melhor. Mesmo que sejam rotativos, e infelizmente alguns acabam voltando ou ficando muito tempo abrigado existe a esperança.

Temos como propósito que eles possam ter uma nova perspectiva de vida mostrando na prática profissões diversificadas e oportunidades de serem pessoas de bem. Que o problema que estão vivenciando momentaneamente pode ser superado.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pontuamos na síntese dessa pesquisa as ações inerentes ao serviço de acolhimento como medida protetiva segundo o artigo 23, o Estatuto da Criança e do Adolescentes prestados depois de esgotados todas as possibilidades e recursos com a família, sendo necessário assegurar à família o acesso a rede de serviços públicos que possam oferecer à criança ou ao adolescente ambiente de convivência familiar seguro.

Pautamos a crença no respeito amor e esperança garantindo o direito da criança e os adolescentes, que são vistos como ser humano em pleno desenvolvimento psicossocial que necessita de atenção de um adulto cuidador e protetor que contribua por meio do amor e do afeto, afim de amenizar possíveis traumas e apoiar na projeção de um futuro mais digno.

Com o intuito de promover a interação universidade e comunidade promovendo responsabilidade social, consideramos a prática pedagógica nos princípios da ludicidade, pois segundo Brougère (2004) brincar é uma atividade fundamental, por meio do qual a criança aprende a desconstruir e reconstruir suas vivências. Dessa forma, colaboram para melhorar a autoestima das crianças e adolescentes, contribuindo na formação integral do sujeito, além de contribuir para o desenvolvimento físico, mental, moral, afetivo e social com base no brincar explorando as múltiplas linguagens.

O (a) acadêmico (a) tem no projeto uma via de interação diretamente com a sociedade, onde vivência o cotidiano das pessoas e tem participação ativa contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade, com o propósito de aplicar o que aprende e produz na universidade possibilitando aos envolvidos compartilhar saberes e conhecimento interligando as atividades de ensino e pesquisa com as demandas sociais priorizando a educação e o bem estar social.

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

\_\_\_\_\_. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)> Acesso em: 20 de nov de 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1999. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.



\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)> Acesso em: 20 de nov de 2017.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: MDS, 2009.105 p. Disponível em:< [www.fas.curitiba.pr.gov.br/baixarmultimedia.aspx?idf=33](http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/baixarmultimedia.aspx?idf=33)> Acesso em: 20 de nov. de 2017

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: MDS, 2009.105 p. Disponível em:<[www.fas.curitiba.pr.gov.br/baixarmultimedia.aspx?idf=33](http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/baixarmultimedia.aspx?idf=33)> Acesso em: 20 de nov. de 2017. DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Scielo, Distrito Federal, v. 1, n. 1, p.22-32, 08 maio 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/Aline/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%95ES%20PARA%20O%20ARTIGO/artigo%20cita%C3%A7%C3%A3o%20%C2%BAparagrafo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BROUGÈRE, G. **Brinquedos e companhia**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ELAGE, Bruna et al. **Formação de profissionais em serviços de acolhimento**. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2012. Disponível em: <[https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5734bc8537013b24913bbb18/1463073930949/Formac%CC%A7a%CC%83o\\_web.pdf](https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5734bc8537013b24913bbb18/1463073930949/Formac%CC%A7a%CC%83o_web.pdf)> Acesso em: 21 de nov. de 2017.

ENGELS, F. **A origem da família, da sociedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder- 14<sup>a</sup> ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 224p.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015.

IFH - Instituto Fazendo História. **Serviços de acolhimento no Brasil**. Equipe do Portal, 2017. Disponível em:< [www.fazendohistoria.org.br/serviços-de-acolhimento-no-brasil/](http://www.fazendohistoria.org.br/serviços-de-acolhimento-no-brasil/)> Acesso em: 20 de nov. 2017

SANTOS, R. G. dos. **Teatralização do espaço escolar**: práticas teatrais com jogos no ensino médio. São Paulo, 2002, Dissertação (Mestrado em Artes), escola de Comunicações e Artes, USP.

WERLANG, C. **Jogos dramáticos e brincadeiras cantadas mediando a formação lúdica do educador dos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Rio Grande do Sul, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria.